O ACESSO DOS USUÁRIOS AO TRATAMENTO ORTODÔNTICO PREVENTIVO E INTERCEPTATIVO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: Uma revisão integrativa da literatura

USERS' ACCESS TO PREVENTIVE AND INTERCEPTIVE ORTHODONTIC TREATMENT IN THE UNIFIED HEALTH SYSTEM: An integrative literature review

Líria Leal Conceição [1]
Maria Eduarda Queiroz da Cruz Santos [1]
Vitória dos Santos Lima[1]
Amanda Maria Villas Bôas Ribeiro[2]

RESUMO

Introdução: Estudos comprovam que há uma prevalência elevada da necessidade de tratamento ortodôntico em adolescentes no Brasil, associada com questões demográficas e subjetivas definidoras de saúde oral. No entanto, as maloclusões, apesar de figurarem entre os principais problemas odontológicos de saúde pública mundial, ainda têm sido negligenciadas dentro das políticas públicas de saúde. **Objetivo:** Analisar o acesso dos usuários ao tratamento ortodôntico preventivo e interceptativo no SUS. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatua, realizada por meio de buscas nas bases de dados eletrônicas Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e Caribe em Ciência da Saúde (LILACS) e National Library of Medicine (PUBMED). A pesquisa foi executada a partir do cruzamento dos seguintes descritores: Sistema Único de Saúde (Unified Health System); Ortodontia Preventiva (Preventive Orthodontic); Ortodontistas (Orthodontists); Acesso à Atenção Primária (Acces to primary care); Acessibiidade da Atenção Primária (Acessibility of primary care). Foram selecionados artigos nos idiomas: inglês e português, com resumos disponíveis online na íntegra, publicados no período de 2013 - 2023. Foram descartados artigos repetidos, não originais, sem disponibilidade online gratuita e que não estavam diretamente relacionados com o tema. **Resultados:** A pesquisa culminou com a seleção de 15 artigos para a síntese qualitativa acerca do acesso dos usuários ao tratamento ortodôntico preventivo e interceptativo no SUS. **Conclusão**: O desconhecimento da gravidade das maloclusões severas contribui para a manutenção e agravamento do quadro de exclusão social no país. É fundamental a realização de mais estudos nessa área para preencher as lacunas existentes na prática ortodôntica dentro do sistema público de saúde, visando promover o progresso dessa especialidade crucial no âmbito do SUS.

Descritores: Sistema Único de Saúde. Ortodontia preventiva. Acesso à Atenção Primária. Acessibilidade da Atenção Primária.

---

[1] Discente do curso de Odontologia do Centro Universitário de Excelência (UNEX), 2024. Email: lirialleal@gmail.com
[1] Discente do curso de Odontologia do Centro Universitário de Excelência (UNEX), 2024 Email: mariaeduarda.q@outlook.com
[1] Discente do curso de Odontologia do Centro Universitário de Excelência (UNEX), 2024. Email: vitoria.limast00@gmail.com
[2] Docente do Centro Universitário de Excelência (UNEX), 2024. Email: villas.ribeiro@ftc.edu.br

ABSTRACT

Introduction: Studies show that there is a high prevalence of the need for orthodontic treatment in adolescents in Brazil, associated with demographic and subjective issues defining oral health. However, malocclusions, despite being among the main dental problems in the world, have still been neglected within public health policies. **Objective:** To analyze users' access to preventive and interceptive orthodontic treatment in the SUS. **Methodology:** This is an integrative literature review, conducted through searches in electronic databases Scientific Electronic Library Online (SciELO), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Latin American and Caribbean Literature in Health Science (LILACS) and National Library of Medicine (PUBMED). The research was performed by crossing the following descriptors: Unified Health System; Preventive Orthodontic; Orthodontists; Access to Primary Care; Accessibility of Primary Care. Articles were selected in English and Portuguese, with abstracts available online in full, published in the period 2013 - 2023. Repeated articles, not original, without free online availability and that were not directly related to the theme were discarded. **Results:** The research culminated in the selection of 15 articles for the qualitative synthesis of users' access to preventive and interceptive orthodontic treatment in the SUS. **Conclusion:** Ignorance of the severity of severe malocclusions contributes to the maintenance and worsening of the social exclusion situation in the country. It is essential to carry out more studies in this area to fill the existing gaps in orthodontic practice within the public health system, in order to promote the progress of this crucial specialty within the SUS.

Keywords: Unified Health System. Preventive Orthodontic. Orthodontists. Access to Primary Care. Accessibility of Primary Care.

INTRODUÇÃO

O acesso aos serviços de saúde não era a realidade de muitas pessoas no Brasil, pois se tratava de um benefício exclusivo para quem contribuía para a Previdência Social, assim, quem não tinha dinheiro dependia da caridade e da filantropia. Somente em 1988, com a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da promulgação da Constituição Federal, a saúde tornou-se um direito via cidadania universal. Desde então, novos avanços relacionados à essa área podem ser destacados, como o lançamento em 1994 do Programa de Saúde da Família (PSF), atualmente denominado Estratégia Saúde da Família (ESF), que tem possibilitado melhor acesso à saúde, em aspectos individuais e coletivos. (PERROTTA et., al., 2020).

É obrigatório um atendimento público gratuito na área da saúde a qualquer cidadão, sendo proibido qualquer tipo de cobrança aos serviços prestados fundamentado na Lei Orgânica da Saúde nº 8080 de 1990, prezando pela a universalidade, integralidade e igualdade, princípios norteadores do SUS (BRASIL, 1990).

Durante muitos anos a área da Odontologia se manteve à margem das políticas de saúde brasileiras, realidade essa que corroborou para o acesso limitado aos serviços odontológicos por grande parte da população. A demora na procura ao atendimento juntamente com os poucos serviços ofertados consolidou a exodontia, extração dentária, como principal tratamento odontológico oferecido pela rede pública, contribuindo com o estereótipo de uma Odontologia mutiladora e da visão de que o Cirurgião-dentista atuava de forma exclusivamente clínica (BRAGIATO JÚNIOR; DE OLIVEIRA; GOBBI, 2018).

A saúde bucal desenvolvida pelo SUS trouxe resultados benéficos para a população brasileira, embora as persistentes desigualdades sociais. Desta forma, é necessário que o sistema público cumpra metas de prestação de cuidados equitativos e inclusivos para que todas as necessidades de saúde bucal dos cidadãos brasileiros sejam atendidas. Assim, o tratamento ortodôntico deve ser integrado aos princípios fundamentais do SUS, afim de que aja correlação entre saúde oral e geral ampliada e de forma contínua em todo o Brasil (FREITAS et al., 2015).

A disponibilidade de dados para acompanhamento de cáries e da doença periodontal, que são as doenças bucais mais prevalentes em nosso país, é mais comum. No entanto, as oclusopatias podem ser tão predominantes quanto a cárie e a doença periodontal, conforme sua região e características de um determinado grupo populacional que foi estudado (FRAZÃO, 1999).

Chagas et al. (2022) demonstrou que as oclusopatias estão em terceiro lugar na pesquisa de prioridade de patologias bucais, que consequentemente ocorrem alterações no desenvolvimento e crescimento dos músculos e ossos maxilares que influenciam no posicionamento dentário. Diferentes tipos de maloclusão podem produzir mudanças tanto na aceitabilidade estética da aparência, quanto na funcionalidade e qualidade de vida em termos de mastigação, deglutição, respiração, sorriso e fala, além de bem propiciar experiências envolvendo dor e problemas na articulação temporomandibular (FREITAS et al., 2015).

Há uma prevalência elevada da necessidade de tratamento ortodôntico em adolescentes no Brasil associada com questões demográficas e subjetivas definidoras de saúde oral. No entanto, as más oclusões, apesar de figurarem entre os principais problemas odontológicos de saúde pública mundial, ainda têm sido negligenciadas dentro das políticas públicas de saúde (MOZELLI; NEGRETE, 2015).

A Ortodontia preventiva é o ramo responsável pela prevenção das oclusopatias, tendo como finalidade evitar os problemas de maloclusões, através da promoção de discussões das crenças, valores e saberes da população, utilizando do seu conhecimento profissional para esclarecer qualquer tipo de dúvidas do público alvo das ações de saúde. Esses procedimentos são passíveis de inclusão nas ações básicas do profissional que atua na ESF, visto que a Ortodontia preventiva dispõe de um baixo custo operacional e fácil aplicabilidade prática, não apresentando necessidade do uso de aparelho ortodôntico (MOZELLI; NEGRETE, 2015; SILVA et al., 2021).

Por sua vez, a Ortodontia interceptativa consiste na extensão dos procedimentos preventivos, apresentando uma grande importância na atenuação dos problemas e melhoria das condições bucais das crianças, visto que minimiza a necessidade futura de tratamento, diminuindo a maloclusão e podendo até eliminar as suas causas (CHAGAS; GUIMARÃES; LADEIA, 2022).

O impacto psicológico provocado por algumas oclusopatias é maior quanto mais severo for o problema, sempre despertando na população em geral uma impressão de má aparência. Essa agressão psicológica pode causar complicações na vida do indivíduo. Por essa razão, a busca por terapia ortodôntica não pode ser vista apenas como vaidade, mas sim uma resposta à avaliação social e qualidade de vida, que varia de indivíduo para indivíduo, e em diferentes populações, dependendo de suas culturas. (MACIEL e KORNIS, 2006).

É importante destacar que a maior parte das ações interceptativas podem ser realizadas pelo clínico geral nos consultórios do SUS, uma vez que demandam menor dificuldade na sua execução, possuem baixo custo, e não necessitam de uma política de saúde especial (MACIEL; KORNIS, 2006). Perante ao exposto, o objetivo do presente estudo é analisar o acesso dos usuários ao tratamento ortodôntico preventivo e interceptativo no SUS. Norteia-se, então, pela questão: como se dá o acesso dos usuários ao tratamento ortodôntico preventivo e interceptativo no SUS?

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo bibliográfico, do tipo revisão de literatura integrativa sobre o acesso dos usuários ao tratamento ortodôntico preventivo e interceptativo no SUS.

Este estudo poderá contribuir na identificação de barreiras no acesso a tratamentos ortodônticos interceptativos e preventivos, auxiliando no desenvolvimento de políticas e estratégias para melhorar a saúde bucal da população, e prevenção de problemas ortodônticos. Além disso, poderá identificar desigualdades no acesso a esses tratamentos podendo levar a ações para tornar o atendimento ortodôntico mais equitativo, beneficiando populações vulnerabilizadas. Para estruturação desta revisão, percorreram-se algumas etapas: (1) identificação do tema e elaboração da pergunta de pesquisa; (2) busca na literatura; (3) categorização dos estudos; (4) avaliação dos estudos incluídos; (5) interpretação dos resultados; (6) redação e publicação dos resultados obtidos.

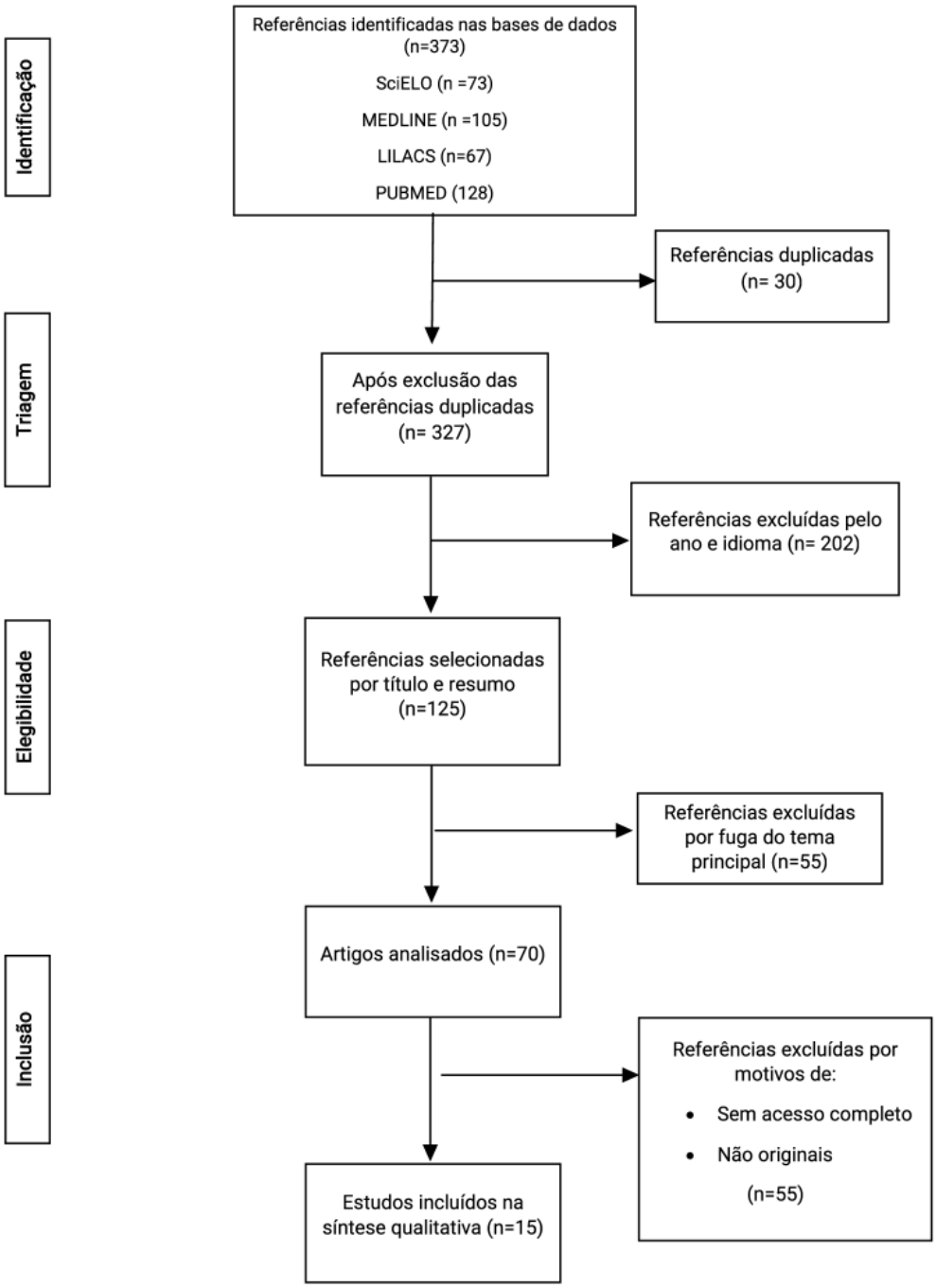
A busca foi realizada nas bases de dados Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e Caribe em Ciência da Saúde (LILACS) e Biblioteca Nacional de Medicina (PUBMED). Foram utilizados Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Sistema Único de Saúde, Ortodontia preventiva, Ortodontistas, Acesso à Atenção Primária, Acessibilidade da Atenção Primária. Para proporcionar uma maior delimitação na busca, foi realizada uma intercessão entre os DeCS com o operador booleano “AND”.

Foram incluídos estudos publicados entre 2013 a 2023 nas línguas inglesa e portuguesa; sendo artigos originais; com disponibilidade do texto na íntegra nas bases de dados selecionados, e que atendessem ao objeto de estudo delimitado. Foram excluídos artigos duplicados, teses e dissertações, editoriais.

RESULTADOS

O resultado da pesquisa deste trabalho nas bases de dados eletrônicas culminou com a seleção de 15 artigos para síntese qualitativa como demonstrado no fluxograma abaixo:

Figura 1 – Fluxograma do resultado da estratégia de busca e seleção dos estudos



Fonte: Elaborado pelas autoras, baseado no Prisma SCr (PRISMA, 2020).

Os dados coletados por esse estudo se referem à análise sobre o acesso dos usuários ao tratamento ortodôntico preventivo e interceptativo no SUS. No quadro a seguir foram sistematizados os 15 artigos selecionados para a síntese qualitativa organizados Segundo título, autores, resultados e recomendações/conclusões.

Quadro 1 – Descrição dos artigos localizados na base de dados

Título do Artigo/ Autores	Metodologia	Resultados	Recomendações / Conclusões
A prática da ortodontia na rede pública de saude: uma revisão de literature BARBOSA, V. L. T; PIERINI, A. J; GALLO, Z. (2018).	Revisão integrativa da literatura	A inclusão da Ortodontia no SUS é fundamental devido à importância do tratamento das maloclusões dentárias. É crucial debater e planejar esa inclusão nas ações de saúde bucal.	Os cirurgiões-dentistas devem ter uma participação ativa na implementação de políticas públicas de saúde bucal para ainhar a Odontologia aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).
Ortodontia e ortopedia facial no sus e seu impacto na saúde públuca: um estudo no centro de especialidades odontológicas (CEO) de Araguaína - TO BARROS, C. V; ATHAYDE, G.S; SILVA, A.M. (2020).	Pesquisa empírica quantiqualitativa e bibliográfica	As maloclusões afetam funcional e esteticamente a saúde pública. A correção ortodôntica pode reverter esses impactos, prevenindo transtornos futuros para a população.	O artigo aponta que o SUS em Araguaína atende oclusopatias pela rede básica e pelo Centro de Especialidades Odontológicas, permitindo ações educativas e preventivas.
Ortodontia no SUS BRAGIATO JUNIOR, R; OLIVEIRA R. C. G; GOBBI, R. C. O. (2018)	Revisão de literatura	Os dados revelam que apenas 3,5% dos procedimentos clinicos odontológicos no SUS são serviços especializados, o qual indica uma	É fundamental considerar todos os segmentos da Odontologia ao abordar políticas públicas de saúde bucal não se limitando aos

		capacidade limitada na oferta de atenção secundária e terciária em odontologia.	serviços básicos.
Orthodontics in public health policies: literature review CHAGAS, A. S; GUIMARÃES, G. S. O; LADEIA, L. E. G. (2022	Revisão de literatura	Um programa preventivo nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) estendido para gestantes, pais e cuidadores de crianças, com ações educativas e preventivas.	É necessário que futuras pesquisas se aprofundem no diagnóstico precoce das oclusopatias para estabelecer tratamentos preventivos e/ou interceptativos.
Necessidade de tratamento ortodôntico em adolescentes brasileiros: avaliação com base na saúde pública FREITAS, Carolina Vieira de et al (2015).	Estudo exploratório transversal	A má oclusão é comum, afetando 53,2% da população, especialmente adolescentes, que são mais vulneráveis devido a fatores sociodemográficos e psicossociais, além do estilo de vida. As meninas apresentam uma maior prevalência, possivelmente devido a diferenças anatômicas ou preocupações estéticas, levando-as a buscar mais atendimento preventivo.	Os dados encontrados na literatura, mesmo sendo antigos, revelam uma alta prevalência da necessidade de tratamento ortodôntico em adolescentes, mas não permitem estabelecer relações de causa e efeito devido a limitações metodológicas. A elevada prevalência representa um desafio para as metas de saúde pública no Brasil.
Tratamento de oclusopatias em	Revisão de literatura	Existe uma carência de dados especificos	Os profissionais têm habilidades para

crianças no âmbito do serviço públco: Revisão de literatura FILHO, M. J. S. F; OLIVEIRA, A. F. L; ARAÚJO, L. H. L. S; NASCIMENTO, J. R; AGUIAR, J. L; KOGA R. S; BRASIL, S. P. A; PIMENTA, Y. S. (2020)		sobre os tratamentos ortodônticos disponíveis na rede pública de saúde, o que dificulta a análise e discussão dessas informações.	avançar nos tratamentos dsa oclusopatias, mas precisam de apoio para torná-los mais abrangentes e completos.
Ortodontia no SUS: uma visão de tratamento para o serviço público de saúde brasileiro JUNIOR, J.A.L. (2019)	Revisão de literatura	Estudos de 2010 apontam que 66,7% dos escolares de 5 anos de idade apresentaram pelo menos um tipo de maloclusão, incluindo classes II e III de Angle, sobressaliências oclusais, sobremoridas e mordida cruzada posterior.	Uma das alternativas mais viáveis para o SUS seria investir na ortodontia preventiva no intuito de reduzir a prevalência de hábitos deletérios, um dos principais fatores etiológicos das maloclusões, e evitar tratamentos ortodônticos mais invasivos no futuro.
Má oclusão e vulnerabilidade social: estudo representativo de adolescentes de Belo Horizonte, Brasil MARTINS, L. P; BITTENCOURT, J.	Estudo exploratório transversal	Adolescentes pertencentes a regiões de alta vulnerabilidade social possuíam uma maior probabilidade de apresentar maloclusões, sendo mais prevalentes o apinhamento	Adolescentes com alta vulnerabilidade social tendem a apresentar maior prevalência de maloclusões levando em conta a deficiência do setor público no quesito de tratamento

M; BENTO, C. B; VALE, M. P; PAIVA, S. M (2019)		dentário, espaçamento dentário e overjet acentuado.	ortodôntico.
A caracterização da Assistência Ortodôntica no Sistema Único de Saúde MARTINS, S.T.M. (2019).	Revisão integrativa da literatura	Foi observada uma prevalência de 36,46% de maloclusões na população brasileira. Na faixa etária de cinco anos, 21,1% de maloclusão leve e 14,5% de problemas moderados ou severos (14,5%). 21% de prevalência de maloclusão muito severa ou incapacitante em crianças de 12 anos e 19% em adolescentes de 15 a 19 anos.	As maloclusões se configuram como terceiro mais prevalente dentre os agravos à Saúde Bucal. Apesar de ter sido incluído na oferta dos CEO dede 2011, existe um déficit de oferta de tratamento ortodôntico no serviço público de saúde.
Ortodontia em Saúde Pública MOZELLI, K.V; NEGRETE, D. (2015	Revisão de literatura	Ao analisar a associação das perdas precoces de dentes decíduos à maloclusões, pode-se observar que os jovens que narram ter perdido precocemente os dentes decíduos apresentaram 6,4 vezes mais chances de terem	Planejamentos corretos possibilitam a realização da ortodontia preventiva e interceptativa, com instalação de aparelhos simples, de baixo custo e resolutivos na dentição decídua e mista, beneficiando centenas de

		maloclusão dentária.	crianças brasileiras que jamais teriam acesso ao tratamento de suas oclusopatias se não fossem atendidas pelo sistema público de saúde.
Uma revisão de literatura sobre a ortodontia no Sistema Único de Saúde OLIVEIRA, C (2020)	Revisão de literatura	As más oclusões ocupam o terceiro lugar na lista de problemas odontológicos de saúde pública em todo o mundo, ficando atrás apenas da cárie e das doenças periodontais em termos de prioridade. A expansão da ortodontia no SUS poderia beneficiar pessoas carentes e reduzir os índices de má oclusão no Brasil.	Em alguns países, são utilizados índices para selecionar pacientes que precisam de tratamento ortodôntico, mas no Brasil não há um protocolo oficial pelo SUS. A expansão da ortodontia no SUS reduziria os casos de má oclusão e ofereceria tratamento acessível para pessoas carentes.
A inclusão da Ortodontia no SUS PERROTA, B. P; ALCÂNTARA, G. P. (2020)	Monografia	Os dados epidemiológicos de 2020 são fundamentais para avaliar o desempenho e promover pesquisas sobre a eficácia dos CEOs em diferentes regiões do país, visando atualizações	É importante a implementação de ações de educação em saúde e ortodontia preventiva no SUS, visando melhorar a qualidade de vida. Para isso é necessário mais estudos sobre

		e melhorias na oferta de ortodontia.	Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) e ortodontia, para fortalecer os avanços nessa área no Brasil.
Does socioeconomic status and family type influence Oral Health realated quality of life in individuals with malocclusion? PETER, E; BAIJU, R. M; STREELA, L. S; VARGHESE, N. O; VARUGHESE, J. M. (2018)	Estudo epidemiológico	Foram avaliados 420 indivíduos de 16 escolas diferentes na faixa etária de 15 a 18 anos. 73,7% apresentaram classe I de angle; 21,2% classe II e 5,1% classe III.	Rejeita-se a hipótese de que não há relação entre nível socioeconômico e tipo familiar em indivíduos com má oclusão.
Ortodontia: atenção à má oclusão no âmbito do Sistema Único de Saúde SILVA, M. B. P. (2022)	Estudo qualitativo	O diagnóstico precoce de má oclusão é crucial para prevenir problemas dentários graves. O Programa Brasil Sorridente do SUS oferece desde atendimento básico até tratamento ortodôntico, contribuindo para a prevenção de problemas bucais, como as más oclusões.	Melhorias na prática de ortodontia no SUS podem prevenir e tratar esses problemas desde cedo, já que muitas maloclusões surgem aos 5 anos de idade. Destaca-se a importância do Programa Brasil Sorridente do SUS para melhorar a saúde bucal da população.

Impactos da maloclusão na qualidade de vida de crianças e adolescentes: uma revisão integrativa SILVA, S. R. et al. (2021	Revisão integrativa da literatura	Os hábitos parafuncionais são a causa mais comum de problemas de má oclusão, contribuindo para a alta prevalência desses problemas no Brasil. O acesso ao tratamento ortodôntico é essencial para promover equidade em saúde bucal, especialmente para pessoas de baixa renda e maior vulnerabilidade a problemas de saúde.	É preciso realizar pesquisas mais aprofundadas sobre o diagnóstico em crianças e adolescentes em regiões com acesso limitado à odontologia são cruciais, considerando os fatores socioeconômicos que afetam diretamente a saúde bucal.

Fonte: elaborado pelas autoras.

DISCUSSÃO

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a saúde como um direito de todos e responsabilidade do Estado, instituindo o SUS, vigente no Brasil, cujos princípios fundamentais são a universalidade, integralidade e equidade. A Lei Orgânica da Saúde nº 8080, de 1990, determinou que o acesso gratuito aos serviços de saúde é obrigatório para todos os cidadãos. A II Conferência Nacional de Saúde Bucal, em 1993, reconheceu a importância da saúde bucal como parte integrante da saúde geral, corroborando o ditado popular: "a saúde começa pela boca" (MARTINS, 2019).

Em 2018, de acordo com as Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal, a oferta de serviços odontológicos no âmbito da saúde pública no país tem se

concentrado principalmente nos cuidados básicos, resultando em uma grande demanda reprimida. No SUS, apenas cerca de 3,5% dos procedimentos odontológicos são especializados. Essa limitação na oferta de serviços de atenção secundária e terciária compromete a criação de sistemas adequados de referência e contra-referência em saúde bucal na maioria dos sistemas regionais de saúde.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), as maloclusões estão classificadas em terceiro lugar no ranking de problemas bucais que mais acometem a população, ficando atrás somente da cárie dentária e da doença periodontal. Embora o SUS tenha inserido, a partir de 2011, procedimentos ortodônticos na relação de serviços a serem oferecidos, ainda há uma escassez na oferta desses tratamentos no sistema público de saúde da maioria dos municípios brasileiros.

As maloclusões apresentam uma etiologia multifatorial, incluindo fatores intrínsecos (genéticos) e extrínsecos (ambientais e comportamentais). Conforme Mozeli e Negrete (2015), a perda precoce de dentes decíduos, hábito de sucção de chupeta por mais de 18 meses, padrão respiratório buconasal, retenção prolongada de dentes decíduos no arco, traumatismo facial, perda precoce de dentes permanentes, cárie dentária e doença periodontal, são consideradas algumas das principais causas do desenvolvimento de maloclusões.

Além de afetar a estética, as maloclusões podem comprometer a funcionalidade do sistema estomatognático do indivíduo, gerando alterações na mastigação, deglutição, respiração e fonética. Posto isso, é indubitável que problemas de oclusão devem ser tratados o mais cedo possível, uma vez que sua gravidade é diretamente proporcional ao seu tempo de prevalência.

A interceptação de maloclusões na dentição decídua ou na fase de dentadura mista apresenta excelente efetividade clínica devido ao período de desenvolvimento craniofacial em que o tratameto é realizado, além de melhorar os aspecos estéticos funcionais e psicológicos da criança.

Martins e Júnior (2019) concordam que a oferta de tratamentos ortodônticos preventivos e interceptativos na atenção básica propicia o acesso da população de baixa renda a esses serviços, favorecendo a redução dos índices de desarmonias dentárias, esqueléticas e funcionais precoces, a partir da eliminação de fatores etiológicos relevantes, no intuito de minimizar a necessidade de tratamentos corretivos mais invasivos no futuro.

Apesar da controvérsia na literatura, para Martins *et al.* (2019) é evidente que

crianças e adolescentes com alta vulnerabilidade social tendem a apresentar maior prevalência de maloclusões levando em conta a deficiência do setor público no quesito de tratamento ortodôntico.

Destarte, a implementação de um protocolo de assistência e o adequado planejamento de intervenções ortodônticas possibilitam a execução da Ortodontia preventiva e interceptativa em unidades básicas de saúde, empregando o uso de dispositivos ortodônticos simples, de custo acessível e eficácia comprovada, visando beneficiar centenas de crianças brasileiras provenientes de famílias economicamente vulneráveis que não têm acesso a esses tratamentos na esfera privada da saúde.

CONCLUSÕES

Apesar de estudos científicos comprovarem que as maloclusões dentárias são consideradas o terceiro problema odontológico de saúde pública no Brasil, o acesso dos usuários ao tratamento ortodôntico preventivo e interceptativo no Sistema Único de Saúde ainda enfrenta entraves para se tornar eficaz, ainda que a concretização prática desse serviço na saúde pública seja a melhor opção para garantir tratamento à população de baixa renda.

A implementação de índices para selecionar pacientes para tratamento ortodôntico no Brasil pelo SUS é uma medida importante para reduzir casos de má oclusão e oferecer tratamento acessível. Melhorias na prática ortodôntica no SUS, incluindo ações de educação em saúde, são essenciais para melhorar a qualidade de vida da população. O Programa Brasil Sorridente do SUS desempenha um papel crucial nesse sentido.

No entanto, é necessário realizar mais estudos sobre Centros de Especialidades Odontológicas e Ortodontia para fortalecer os avanços nessa área. Uma avaliação completa dos pacientes, especialmente durante a dentição mista, é fundamental para diagnosticar e encaminhar esses indivíduos para tratamento precoce.

O desconhecimento da gravidade das maloclusões severas contribui para a manutenção e agravamento do quadro de exclusão social no país. É fundamental a realização de mais estudos nessa área para preencher as lacunas existentes na

prática ortodôntica dentro do sistema público de saúde, visando promover o progresso dessa especialidade crucial no âmbito do SUS.

Além disso, pesquisas mais aprofundadas sobre diagnóstico em crianças e adolescentes em regiões com acesso limitado à odontologia são necessárias para estabelecer medidas preventivas. A falta de dados completos sobre a saúde bucal no Brasil representa um desafio para as metas de saúde pública, apesar das estimativas de alta prevalência da necessidade de tratamento ortodôntico em adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, M. M. A.; VILLA, T. C. S.; NASCIMENTO, M. A. A. do. **Acesso aos serviços de saúde: uma possibilidade a ser construída na prática**. Ciência & saúde coletiva, v. 8, p. 815-823, 2003. Acesso em: 15 set. 2023.

ASSIS, M., JESUS, W. de, **Acesso aos serviços de saúde: abordagens, conceitos, políticas e modelo de análise**. Ciência e saúde coletiva, 2012. Acesso em: 15 set. 2023.

BARBOSA, V.L.T; PIERINI, A.J; GALLO, Zildo. **A prática da ortodontia na rede pública de saude: uma revisão de literatura**. Revista Brasileira Multidisciplinar. São Paulo. Vol. 21, n.1, 2018. Acesso em: 06 maio. 2024.

BARROS, C.V; ATHAYDE, G.S; SILVA, A.M**. Ortodontia e Ortopedia facial no SUS e seu impacto na saúde pública - Um estudo no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) Araguaína - TO.** Original Article. J Business Techn. 2020. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Lei N° 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre a organização do SUS. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Acesso em: 15 set. 2023.

CHAGAS, A.S; GUIMARÃES, G.S.O; LADEIA, L.E.D. **A ortodontia nas políticas públicas de saúde: revisão de literatura. Research, Society and Development**, v.11, n.6, 2022. Acesso em: 15 set. 2023.

FILHO, M. J. S. F. et al. **Tratamento de oclusopatias em crianças no âmbito do serviço públco: Revisão de literatura.** Brazilian Journal of Development, v.6, n.11, 2020. Acesso em 06 maio. 2024.

FRAZÃO, P. **Epidemiologia da oclusão dentária na infância e os sistemas de saúde [tese]**. São Paulo (SP): Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 1999. Acesso em: 15 set. 2023.

FREITAS, C. V. de et al. **Necessidade de tratamento ortodôntico em adolescentes brasileiros: avaliação com base na saúde pública.** Revista Paulista de Pediatria, v.33, p. 204-210, 2015. Acesso em: 06 maio. 2024.

JUNIOR, J. A. de L.. **Ortodontia no SUS: uma visão de tratamento para o serviço público de saúde brasileiro.** Trabalho de conclusão - Universidade Estadual da Paraíba, 2019. Acesso em: 06 maio. 2024.

JUNIOR, R.B; DE OLIVEIRA, R.C.G; DE OLIVEIRA, R.C.G. **Ortodontia no SUS.** Revista UNINGÁ, Maringá, v.55, n.2, p. 154-168, 2018. Acesso em: 06 maio. 2024.

MACIEL, S.M; KORNIS, G.E.M. **A ortodontia nas políticas públicas de saúde bucal: um exemplo de equidade na Universidade Feredal de Juíz de Fora**. Physis. v.16, n.1, p.59-81. 2006. Acesso em: 15 set. 2023.

MARTINS, L. P. et al. **Má oclusão e vulnerabilidade social: estudo representativo de adolescentes de Belo Horizonte, Brasil**. Revista saúde e ciência coletiva, 2017. Acesso em: 06 maio. 2024.

MARTINS, S.T.M. **A caracterização da Assistência Ortodôntica no Sistema Único de Saúde.** Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019. Acesso em: 06 maio. 2024.

MOZELLI, K.V; NEGRETE, D. **Ortodontia em Saúde Pública.** Rev. Ortodontia em Saúde Pública. Odontol. Univ. Cid. São Paulo. 2015. Acesso em: 06 maio. 2024.

OLIVEIRA, C. **Uma revisão de literatura sobre a ortodontia no Sistema Único de Saúde.** Trabalho de conclusão de curso - Universidade do Sul de Santa Catarina, 2020. Acesso em: 06 maio. 2024.

PERROTA, B.P; ALCÂNTARA, G.P. **A inclusão da ortodontia no sus.** Estado atual da questão. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade de Taubaté, 2020. Acesso em: 06 maio. 2024.

PETER, Elbe et al. **Does Socioeconomic Status and Family Type Influence Oral Health-Related Quality of Life in Individuals with Malocclusion?**. J Indian Orthod Soc, v. 52, p. 89-93, 2018. Acesso em: 06 maio. 2024.

SILVA et al. **Impactos da maloclusão na qualidade de vida de crianças e adolescentes: uma revisão integrativa.** Research, Society and Development, 2021. Acesso em: 06 maio. 2024.

SILVA, E. **Hábitos Bucais Deletérios**. Revista Paraense de Medicina, v.20, 2006. Acesso em: 15 set. 2023.

SILVA, M.B.P; MORAES. L.B. **Ortodontia: atenção à má oclusão no âmbito do Sistema Único de Saúde.** Cadernos de odontologia do unifeso v. 4, n.1, 2022, Rio de Janeiro. Acesso em: 06 maio. 2024.